

1 ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA  
2 DO PANTANAL-MT – CERBPANTANAL-MT EM 2018.

3 Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, às 09h30, no Auditório Pantanal,  
4 localizado na sede da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso –  
5 SEMA/MT, deu-se início à 3ª Reunião Extraordinária do Comitê Estadual da Reserva da  
6 Biosfera do Pantanal – MT (CERBPantanal-MT), com a seguinte pautas 1) Apresentação  
7 da Superintendência de Indústria, Mineração, Infraestrutura e Serviços (SUIMIS) sobre  
8 as hidrelétricas aprovadas pela Agência Nacional de Água (ANA), em estudo, em  
9 instalação e em operação na Bacia do Alto Paraguai (BAP), 2) Informes: reunião  
10 coordenada pela WWF-Brasil para discussão sobre o Plano de Ação da RB Pantanal  
11 prevista para 12 e 13/11/2018, no SESC Pantanal, em Poconé, MT. A reunião foi presidida  
12 pelo Superintendente de Mudanças Climáticas e Biodiversidade da SEMA (SUBIO), Sr.  
13 Elton Antônio Silveira, assessorado pelo Sr. Marcos Antônio C. Ferreira (SEMA) e Srª  
14 Héliida Bruno Nogueira Borges (SEMA). A reunião foi aberta pelo Sr. Elton (SEMA), que  
15 iniciou agradecendo a presença de todos e verificando se havia quórum para a reunião.  
16 Foram registrados sete membros à reunião, considerado suficiente para a realização da  
17 reunião, respeitando o Art. 19, parágrafo 4º, inciso II, do Regimento Interno do Comitê.  
18 Em seguida, dando prosseguimento à reunião, informou que a primeira pauta do dia seria  
19 a apresentação da Superintendente da SUIMIS, Srª Márcia Cléia, sobre as hidrelétricas  
20 em estudo, em instalação e em operação na BAP. Contudo, a Superintendente informou  
21 que deveria se atrasar para a apresentação. O Sr. Elton (SEMA), então, passou a tratar da  
22 segunda pauta do dia que dizia respeito à proposta de realização de reunião organizada  
23 pela WWF-Brasil para discussão do Plano de Ação (PA) da Reserva da Biosfera do  
24 Pantanal, em conjunto com membros do Comitê de Mato Grosso do Sul, prevista para os  
25 dias 12 e 13/11/2018, no SESC Pantanal, em Poconé, MT. O Sr. Breno (WWF-Brasil)  
26 relatou que a data proposta terá que ser avaliada pelo Presidente do Conselho Nacional,  
27 Sr. Laércio, e também pelo CERBPan-MS, e que provavelmente outra data será sugerida  
28 para a realização do evento, em princípio nos dias 28 e 29/11/2018. Continuou  
29 esclarecendo que o CERBPantanal-MT terá de avaliar se a proposta interessa a todos e se  
30 poderá ocorrer em conjunto com os membros do CERBPan-MS; complementou  
31 informando que a ONG não teria recursos para realizar duas reuniões distintas, uma em  
32 Cuiabá e outra em Campo Grande. Finalizou dizendo que outra alternativa é realizar no  
33 próximo ano, 2019. O Sr. João (ONG Fé e Vida) ponderou que serão realizados outros  
34 eventos ainda em 2018, o que para ele comprometeria a discussão do PA no corrente  
35 ano, e sugeriu que a reunião ocorresse em janeiro ou fevereiro de 2019. Após discussão  
36 os membros resolveram fazer a reunião em 11 e 12/02/2019. Em seguida o Sr. Elton  
37 (SEMA) lembrou aos membros que na reunião ordinária de 05/10/2018 ficou acordado  
38 que fosse redigido uma minuta de ofício tratando da ampliação da suspensão de outorga  
39 para os rios estaduais localizados na BAP no âmbito de Mato Grosso, determinada pela  
40 RESOLUÇÃO ANA nº 64/2018. A Profª. Cátia ficou responsável pela redação e envio da  
41 minuta para os membros do CERBPantanal, encaminhada em 27/10/2018 para avaliação.  
42 O Sr. Breno (WWF-Brasil) informou a todos que a WWF-Brasil, em parceria como o  
43 Observatório do Pantanal, protocolariam uma moção abordando esse tema. A Srª Lucélia

44 (FAMATO) se posicionou contrária ao envio do dito ofício, argumentando que o  
45 CERBPantanal-MT tem muitas ações para desenvolver relacionadas à implementação da  
46 RB Pantanal, como o Plano de Ação Emergencial, e não seria interessante opinar sobre  
47 um assunto que já está sendo discutido por outros colegiados e entidades. Sugeriu que  
48 os interessados na pauta protocolem para os conselhos que tratam do tema, a solicitação  
49 de uma posição dos colegiados sobre o tema e reforçou que a FAMATO não apoia essa  
50 ação. O Sr. Álvaro (FIEMT) esclareceu que (i) para o envio de ofício ou moção ao  
51 governador, seria necessário ouvir a SUIMIS sobre as hidrelétricas na BAP e (ii) foi  
52 informado que a ANA provavelmente fará uma revisão da RESOLUÇÃO ANA nº 64/2018,  
53 conforme relato de representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que  
54 participam do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Continuou salientando  
55 que, para a FIEMT, o envio de documento ao governador representa uma ação  
56 precipitada. O Sr. Waldir (SINGTUR) argumentou que o CERBPantanal-MT deveria se  
57 manifestar porque a área da RB Pantanal está inserida na BAP, caso contrário parecerá  
58 uma escolha pela omissão sobre a instalação de hidrelétricas na bacia e considera esta  
59 opção muito grave. Acrescentou que o setor produtivo deveria buscar fontes alternativas  
60 de energia e que o Sindicato dos Guias de Turismo do Estado de Mato Grosso (SINGTUR)  
61 não compactua com a omissão do Comitê porque a entidade é claramente contrária à  
62 instalação de novas usinas hidrelétricas na BAP e também em terras indígenas. O Sr. João  
63 (ONG Fé e Vida) defende que o Comitê faça discussão sobre o assunto, ouvindo diferentes  
64 posições sobre a instalação de hidrelétricas na BAP, incluindo o setor produtivo, e  
65 sabendo quais os impactos ambientais e sociais sobre o Pantanal e a significância em  
66 termos energéticos das usinas para Mato Grosso. A Sr<sup>a</sup> Lucélia (FAMATO) se manifestou  
67 sugerindo que o colegiado, além da apresentação da SUIMIS, tenha acesso aos estudos  
68 do Sindicato da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e  
69 Gás no Estado de Mato Grosso (SINDENERGIA) sobre a contribuição das hidrelétricas para  
70 a sociedade e no crescimento econômico do Estado, ainda ao estudo desenvolvido pela  
71 Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) como parte da implementação do Plano  
72 Nacional de Recursos Hídricos para a região. Continuou afirmando que a manifestação  
73 de um Conselho ou Comitê pedindo a suspensão da implementação de novas  
74 hidrelétricas na BAP, seguindo uma normativa da ANA, pode significar muito impacto  
75 negativo para o Estado. O Sr. Waldir (SINGTUR) reafirmou a posição do SINGTUR  
76 exemplificando que UHE de Manso é um mal exemplo, pois contribui pouco com a  
77 disponibilização de energia para Mato Grosso e teve grande impacto ambiental e que  
78 outras cidades do Estado estão buscando alternativas energéticas, como o uso de energia  
79 fotovoltaica em Chapada dos Guimarães, de resíduos da madeira por Marcelândia e com  
80 o uso de biomassa da cana-de-açúcar em Barra do Bugres. A maior preocupação é que  
81 ninguém explica qual a capacidade da sociedade de recuperar áreas que sofreram  
82 impactos ambientais, bem como de investimentos para este tipo de ação, disse o  
83 representante do SINGTUR. Acrescenta esclarecendo que para os que trabalham do  
84 seguimento turismo são visíveis os impactos ao meio ambiente e às populações do  
85 entorno. O Sr. Álvaro (FIEMT) se manifestou em concordância com a representante da  
86 FAMATO porque acha preocupante o CERBPantanal-MT se manifestar sem ter uma  
87 discussão sobre os impactos positivos e negativos da instalação de outras hidrelétricas

88 no Estado; primeiro porque faltam exemplos de operação bem-sucedidos, em larga  
89 escala, com as energias alternativas e segundo porque o setor produtivo não defende  
90 nenhum tipo de degradação inclusive pelo fato que o custo de recuperação de áreas  
91 degradadas é muito superior ao de conservação. Relata que em 21/11/2018 a ANA  
92 deverá apresentar os primeiros resultados de estudos técnico-científicos sobre os  
93 impactos na BAP e no Pantanal; defende que por ora o Comitê não se manifeste, pois  
94 considera importante o conhecimento dessas informações. O Sr. João (ONG Fé e Vida)  
95 apresenta como proposta inicialmente ouvir a SEMA sobre a situação das hidrelétricas na  
96 BAP e depois convidar o SINDENERGIA e as ONGs; posteriormente, com as informações  
97 em mão, os membros do CERBPantanal-MT decidam a favor ou não da moção. O Sr.  
98 Breno (WWF-Brasil) relatou que o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas  
99 Empresas (SEBRAE) também está trabalhando com bagaço de cana-de-açúcar para  
100 geração de energia elétrica. O Sr. Elton (SEMA) sugeriu como encaminhamento que os  
101 membros do Comitê ouçam a apresentação da Márcia (Superintendente da SUIMIS) e  
102 depois discutam as futuras providências. A Sr<sup>a</sup> Márcia (Superintendente da SUIMIS) se  
103 apresentou e pediu desculpas pelo atraso em participar da reunião do colegiado.  
104 Posteriormente informou que atualmente existem 182 Pequenas Centrais Hidrelétricas  
105 (PCHs), na BAP, que estão em processo de licenciamento – solicitando Licença Prévia (LP),  
106 Licença de Instalação (LI), Licença de Operação (LO) ou renovação de licenças, estando  
107 todas com consultas na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para emissão de  
108 autorização. A SUIMIS possui informações sobre as hidrelétricas para cada sub-bacia da  
109 região, que infelizmente não estão disponíveis para consulta em função de problemas  
110 técnicos na área de tecnologia de informatização da SEMA. Continuou esclarecendo que  
111 a SEMA responde a duas Ações Cíveis Públicas (ACPs) sobre as hidrelétricas. Uma é  
112 coordenada pelo Ministério Público Federal (MPF), solicitando esclarecimentos por parte  
113 da SEMA e de empresários do setor energético sobre o processo de licenciamento de 32  
114 PCHs, todas em fase de LP e/ou de liberação de outorga de água. Outra ACP é coordenada  
115 pelos promotores do MP Estadual, Sr. Marcelo Caetano Vachiano e Sr. Joelson de Campos  
116 Maciel, e trata particularmente de quatro PCHs. A SEMA há dois anos presta  
117 esclarecimentos ao Ministério Público sobre o licenciamento de hidrelétricas e no caso  
118 de haver rompimento de barragens. A Sr<sup>a</sup> Lucélia (FAMATO) solicitou à Sr<sup>a</sup> Márcia  
119 (Superintendente da SUIMIS) que os dados fossem disponibilizados para o Comitê. A Sr<sup>a</sup>  
120 Márcia (Superintendente da SUIMIS) continuou explicando que hoje existem 16  
121 processos relativos à PCHs que estão sendo submetidos ao saneamento de  
122 licenciamento: processos com LP emitida sem vistoria, 8 com solicitação de renovação de  
123 LI indeferidas. Esses processos estão sob avaliação da assessoria jurídica da Secretaria  
124 Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos (SALA), a qual a SUIMIS está  
125 vinculada, e posteriormente serão encaminhados para avaliação da Superintendência de  
126 Gestão de Processos Administrativos e Autos de Infração (SPA). Relatou ainda que a  
127 SUIMIS está avaliando casos de solicitação de instalação de novas usinas em rios com  
128 baixa disponibilidade hídrica no período de seca do ano, como, por exemplo, em Jaciara,  
129 onde existe a solicitação de instalação de quatro PCHs para geração de 4 megawatts  
130 (MW) de energia elétrica. O Sr. Breno (WWF-Brasil) questionou se a autorização do  
131 Estado para construção de hidrelétricas, parte da análise da bacia ou particularmente do

132 local do empreendimento. A Sr<sup>a</sup>. Márcia (Superintendente da SUIMIS) explicou que  
133 inicialmente a análise se dá por bacia, seguindo da sub-bacia e depois da qualidade do  
134 processo de licenciamento e da proposta de monitoramento ambiental para cada  
135 empreendimento. O Sr. João (ONG Fé e Vida) questionou se a SEMA adota a Avaliação  
136 Ambiental Integrada no processo de licenciamento desses empreendimentos. A Sr<sup>a</sup>.  
137 Márcia (Superintendente da SUIMIS) informou que tal estudo é efetuado pela SEMA. O  
138 Sr. Breno (WWF-Brasil) relatou que no estado de Goiás é realizado um estudo ambiental  
139 abrangente na bacia, incluindo a identificação de todos os usos da água, para a análise  
140 nos pedidos de licenciamento. Segundo a Sr<sup>a</sup>. Márcia (Superintendente da SUIMIS) Mato  
141 Grosso está caminhando nessa direção, pois hoje se identifica quais empreendimentos  
142 implantados, quais estão sendo implantados e quais se pretende implantar no futuro.  
143 Continuou relatando que em reunião como o MPE foi sugerida a elaboração de um  
144 Estudo de Impacto Ambiental (EIA)/Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) abrangendo  
145 toda a área da sub-bacia hidrográfica no município de Jaciara, com custos assumidos por  
146 empresários com interesse de instalar empreendimentos na região. O promotor quis  
147 saber quais as informações disponíveis dos empreendimentos sob licenciamento na  
148 SEMA hoje para a sub-bacia, o que foi explicado pela Superintendente que a síntese das  
149 informações não está disponível porque os empreendimentos são protocolados e  
150 analisados individualmente. A partir dessa constatação a SEMA deverá realizar  
151 levantamento e sistematização das informações encontradas em processos específicos  
152 sobre a referida sub-bacia, e, posteriormente, as apresentar ao MPE em uma futura  
153 reunião. Nesta reunião a SEMA deverá discorrer sobre a qualidade da água, os impactos  
154 dos empreendimentos e a necessidade de redução de desmatamento nos canais por  
155 exemplo; esta última em função da indispensável reavaliação dos Planos de Exploração  
156 Florestais (PEFs), que compõem os estudos protocolados, considerando os casos de  
157 redimensionamento das áreas destinadas à formação de reservatório. O Sr. Waldir  
158 (SINGTUR) quis saber qual a participação da Superintendência de Recursos Hídricos  
159 (SURH) no licenciamento das PCHs no Estado. A Sr<sup>a</sup>. Márcia (Superintendente da SUIMIS)  
160 explicou que a SURH participa na avaliação da solicitação de outorga de água e de  
161 construção de barramentos. Complementou esclarecendo que a SUIMIS está realizando  
162 levantamento sobre o número de barramentos no Estado, quais os empreendimentos  
163 licenciados pela SEMA que incluem barramentos, como são regulamentados os  
164 barramentos em Mato Grosso e qual a capacidade de outorga dos barramentos  
165 licenciados. O Sr. Waldir (SINGTUR) perguntou se existe uma normativa que regulamente  
166 os barramentos no Estado. A Sr<sup>a</sup>. Márcia (Superintendente da SUIMIS) respondeu que  
167 ainda não existe para o Estado. O Sr. Álvaro (FIEMT) quis saber se existe informação  
168 disponível a respeito da disponibilidade hídrica dos rios de Mato Grosso ao longo do ano.  
169 A Sr<sup>a</sup>. Márcia (Superintendente da SUIMIS) respondeu que no licenciamento o  
170 empreendedor protocola a solicitação de instalação de uma PCH indicando quantos MW  
171 de energia elétrica serão gerados, com base em estimativa determinada por estudos  
172 ecológicos, hidrogeológicos e de sedimentologia prévios que foram encaminhados para  
173 a ANEEL; ao se constatar que a real capacidade do rio é menor que o estimado o  
174 empreendedor deverá pagar uma multa para a ANEEL e solicitar redução do potencial de  
175 geração de energia elétrica, muitas vezes, passando de uma PCH para uma Central

176 Geradora Hidrelétrica (CGH). Consequentemente, o processo de licenciamento desse  
177 empresário fica parado na SEMA uma vez que o empreendimento deverá ser novamente  
178 analisado a partir das adequações do mesmo, como redução da área de desmate e  
179 redução de outorga. A Superintendente complementou relatando outra justificativa para  
180 o atraso no licenciamento – a às sucessivas alterações na legislação sobre  
181 empreendimentos hidrelétricos, resultando na necessidade de saneamento do processo.  
182 Nesses casos a SEMA solicita mais informações técnicas e estudos específicos por meio  
183 de ofícios pendência estabelecendo um prazo para o empresário atender e readequar o  
184 empreendimento. O Sr. Breno (WWF-Brasil) quis saber se a SEMA licencia também linhas  
185 de transmissão e subestações elétricas. A Sr<sup>a</sup>. Márcia (Superintendente da SUIMIS)  
186 informou que a SEMA licencia até 38 quilovolts (kV) de tensão de operação as quais são  
187 analisadas com base em um EIA/RIMA. O Sr. Álvaro (FIEMT) questionou quando o  
188 levantamento sobre os empreendimentos hidrelétricos licenciados para Mato Grosso  
189 será finalizado e disponibilizado. A Sr<sup>a</sup>. Márcia (Superintendente da SUIMIS) respondeu  
190 que a previsão de término é em novembro de 2018, para entrega ao Secretário de Estado  
191 do Meio Ambiente. O Sr. André (RPPN Cachoeira do Tombador) perguntou se os  
192 empreendimentos que solicitaram licenças na década de 1990 estão em operação no  
193 momento. A Sr<sup>a</sup>. Márcia (Superintendente da SUIMIS) explicou que há o caso de um  
194 empreendimento que entrou com solicitação da ANEEL e teve autorização de outorga na  
195 Agência Nacional de Água (ANA) porque seria construído usando rio de terceira ordem,  
196 mas teve o licenciamento interrompido porque os estudos do componente indígena e  
197 dos sítios arqueológicos, até o momento estão sob análise da Fundação Nacional do Índio  
198 (FUNAI) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A Sr<sup>a</sup>. Cristina  
199 (RPPN SESC Pantanal) quis saber se a SEMA está licenciando empreendimentos com base  
200 em energia fotovoltaica, ou seja, que é produzida a partir de luz solar. A Sr<sup>a</sup>. Márcia  
201 (Superintendente da SUIMIS) respondeu explicando que a demanda vem aumentando  
202 desde 2017 e, atualmente, existem processos de licenciamento em áreas localizadas no  
203 município de Chapada dos Guimarães e em várias propriedades rurais, com três a quatro  
204 hectares, localizadas no bioma Cerrado. Complementou informando que a SEMA  
205 também licencia usinas termelétricas cuja energia é produzida a partir da geração de  
206 calor ocasionada pela queima de resíduos madeireiros e cavacos de madeira; a opção por  
207 geração a partir de resíduos de madeira representa uma boa opção para as madeireiras,  
208 considerando que desta forma os resíduos que são contaminantes de solo, e ficavam  
209 depositados no pátio da empresa, são eliminados. O Sr. Waldir (SINGTUR) quis saber se a  
210 SEMA oferece algum tipo de incentivo no licenciamento de biodigestores que são  
211 alimentados por restos de alimentos e fezes dos animais (aves e suínos) que produzem  
212 biogás (gás metano), usado nos aquecedores e/ou geradores de energia elétrica, nas  
213 granjas instaladas em propriedades rurais no Estado. A Sr<sup>a</sup>. Márcia (Superintendente da  
214 SUIMIS) explicou que para a SEMA os empresários que fazem uso de biogás são aqueles  
215 que têm compromisso com questões ambientais, mas normalmente não solicitam  
216 tratamento diferenciado no licenciamento ambiental; houve uma proposta de emitir  
217 licenças com prazo de validade maior que o adotado pela SEMA, como forma de incentivo  
218 a esses empresários, mas não foi dado prosseguimento a iniciativa em 2017. O Sr. André  
219 (RPPN Cachoeira do Tombador) quis saber como a Superintendente via a ideia de ampliar

220 o escopo da Resolução ANA nº 64/2018, de proibição de implantação de novas PCHs nos  
221 rios federais, para os rios estaduais de Mato Grosso sob o ponto de vista econômico uma  
222 vez que, potencialmente, poderia interferir negativamente no desenvolvimento do  
223 Estado. A Srª. Márcia (Superintendente da SUIMIS) contextualizou o potencial de geração  
224 de energia elétrica no Estado, explicando que algumas regiões onde o grande potencial  
225 energético foi utilizado o desenvolvimento foi significativo, como SINOP, contudo, se  
226 observa que outras regiões com potencial semelhante continuam pobres. Defendeu que  
227 seja avaliado se a quantidade de energia elétrica disponível atualmente em Mato Grosso  
228 atende a todas demandas. Em caso negativo que a instalação de usinas hidrelétricas seja  
229 autorizada quando esta energia for usada na instalação de novas indústrias, como por  
230 exemplo na manufatura do algodão que no presente é produzido em Campo Novo e  
231 disponibilizado para exportação. Se a demanda atende a todo o Estado que os  
232 empresários busquem primeiramente adotar um sistema alternativo de energia, como  
233 por exemplo, a produção de etanol do milho que hoje é uma realidade, gerando renda e  
234 reduzindo a emissão de gás carbônico, produzido no transporte dessa matéria prima, e  
235 ainda de acidentes nas estradas com animais que buscam se alimentar com os grãos  
236 caídos dos caminhões. Complementou dizendo que acha preocupante usar o Princípio da  
237 Precaução nas ACPs movidas pelo Ministério Público, pois podem ser prejudiciais para  
238 Mato Grosso se houver paralisação na geração de energia. Acrescentou dizendo que em  
239 razão dessa possibilidade é importante que a SEMA continue avaliando os processos sob  
240 licenciamento e saneando as suas pendências. O Sr. Álvaro (FIEMT) solicitou  
241 esclarecimentos sobre o caso, relatado em reunião do Conselho Estadual do Meio  
242 Ambiente de Mato Grosso (CONSEMA), de uma indústria que tem como matéria prima o  
243 milho e que foi licenciada, mas, contudo, a geração de energia precisou de EIA/RIMA. A  
244 Srª. Márcia (Superintendente da SUIMIS) explicou que a SEMA não tinha conhecimento  
245 sobre a tecnologia usada na indústria para efetuar o licenciamento; que até essa data a  
246 referência para a análise era a Resolução CONAMA nº 001/1986, que exige a elaboração  
247 de EIA/RIMA no licenciamento para produção de etanol. Informou que foi à Argentina  
248 para conhecer uma indústria com iguais características com objetivo de entender o seu  
249 funcionamento e estabelecer uma proposta semelhante como procedimento na SEMA.  
250 Com relação à geração de energia esclareceu que os conselheiros do CONSEMA foram  
251 até Lucas do Rio Verde, município onde seria instalada a indústria com intuito de verificar  
252 *in loco* o empreendimento, quando verificaram que a estrutura já estava construída e  
253 seria necessário licenciar somente uma turbina a mais ficaram surpresos. Concluiu  
254 dizendo que no CONSEMA deveria haver maior representatividade de técnicos visando  
255 evitar situações semelhantes. Nos Estados Unidos os empreendimentos são monitorados  
256 a partir do protocolo no órgão licenciador, para evitar que o engenheiro cometa erros de  
257 natureza técnica. O licenciamento de empreendimentos na SUIMIS está em processo de  
258 modernização nos últimos dois anos, com participação ativa dos analistas para que estes  
259 não baseiem a sua análise apenas na legislação. A Srª Lucélia (FAMATO) complementou  
260 informando que nos Estados Unidos o órgão licenciador incentiva que o produtor de  
261 milho licencie simultaneamente uma usina de etanol. Além disso, com relação à outorga  
262 de água, o órgão licenciador informa o empresário que a quantidade de água a ser  
263 liberada será menor nos anos de maior escassez. Para essa Senhora, desta forma, a

264 gestão do licenciamento não é punitiva e sim participativa e incentiva o empresário. Para 80E  
265 a Sr<sup>a</sup>. Márcia (Superintendente da SUIMIS) para a gestão ser menos punitiva é necessário 80E  
266 que a SUIMIS tenha conhecimento, por exemplo, da quantidade de água liberada na 81E  
267 outorga pela SURH e qual a capacidade de produção hídrica do Estado. Este levantamento 81E  
268 está sendo desenvolvido pela SURH. Para a Superintendente o monitoramento dos 82E  
269 empreendimentos poderá ser efetivado somente quando tais informações forem 82E  
270 disponibilizadas para a SUIMIS, sendo que os resultados desse monitoramento permitirão 83E  
271 à SEMA decidir se pode ou não licenciar determinados empreendimentos. O Sr. João 83E  
272 (ONG Fé e Vida) concordou que esses estudos são muito importantes porque para alguns 84E  
273 professores da UFMT o potencial energético da BAP está praticamente todo explorado 84E  
274 por empresas e empresários, o restante não é muito significativo, e que do ponto de vista 85E  
275 hidrológico e biológico são necessários mais estudos como avaliação ambiental 85E  
276 estratégica ou avaliação dos efeitos sinérgicos; fez uma defesa dos conselheiros do 86E  
277 CONSEMA que representam a sociedade civil, como os pescadores, que detêm um 86E  
278 conhecimento empírico importante considerando que contribui na percepção da falta de 87E  
279 água e de peixes nos rios. Manifestou ainda que para a ONG Fé e Vida o monitoramento 87E  
280 dos empreendimentos é muito falho, tanto na BAP como na região norte do Estado, e 88E  
281 defendeu que o ideal seria o monitoramento da SEMA com participação dos responsáveis 88E  
282 técnicos e da sociedade. Avaliou que o debate sobre a implantação das hidrelétricas deve 89E  
283 ser realizado pelo CERBPantanal-MT, ouvindo os empresários do setor elétrico, a 89E  
284 academia e a sociedade, e assim, os membros do colegiado tenham maior compreensão 90E  
285 da situação hídrica e biológica da BAP. Acrescentou que tendo em mãos o resultado desse 90E  
286 estudo no final de novembro, como disse a Superintendente, o CERBPantanal-MT poderá 91E  
287 definir a data de realização do evento sobre as hidrelétricas; porque considera essencial 91E  
288 ouvir, além da SEMA, as pessoas que estão sofrendo com a implementação das usinas 92E  
289 por desconhecimento ou por não saber a quem recorrer, e o Ministério Público que 92E  
290 prefere interromper o licenciamento para tentar resolver os problemas. A Sr<sup>a</sup>. Márcia 93E  
291 (Superintendente da SUIMIS) esclareceu que, ao tratar sobre o CONSEMA, quis ressaltar 93E  
292 que as cadeiras das universidades não são ocupadas com frequência; que geralmente 94E  
293 participam das reuniões representantes da SEDEC e FIEMT, todos com informação 94E  
294 técnica, mas os representantes das universidades quase nunca participam, embora a 95E  
295 presença destes seja importante para a SEMA se respaldar tecnicamente com dados das 95E  
296 pesquisas desenvolvidas nas instituições. Acrescentou que a SEMA tenta desenvolver as 96E  
297 suas competências quando licencia diferentes atividades produtivas, mas, infelizmente, 96E  
298 não dispõe de corpo técnico para monitorar a implantação e operação dos 97E  
299 empreendimentos. Ainda tratando do CONSEMA, o Sr. Álvaro (FIEMT) afirmou que, no 97E  
300 caso da indústria de etanol, o que aconteceu mostra a falta de conhecimento técnico por 98E  
301 parte do Ministério Público, quando exigiu o EIA/RIMA para a etapa de geração de 98E  
302 energia. Voltando a abordar o evento de interesse do colegiado, cujo tema é a 99E  
303 implantação de empreendimentos hidrelétricos na BAP, a Sr<sup>a</sup> Lucélia (FAMATO) afirmou 99E  
304 que os membros do colegiado devem marcar uma data para conhecer os estudos do 00E  
305 SINDENERGIA e da ANA. O Sr. Elton (SEMA) deu prosseguimento à reunião agradecendo 00E  
306 a Superintendente Márcia pela apresentação aos membros do CERBPantanal-MT, 01E  
307 afirmando que foi esclarecedora o suficiente para subsidiar a discussão que definirá a 01E

308 aprovação ou não de uma moção estendendo aos rios estaduais do sobrestamento de  
309 novas hidrelétricas na BAP. Informou que a Superintendente de Licenciamento com  
310 Estudos de Impacto Ambiental (SLEIA) foi convidada a fazer uma apresentação sobre os  
311 grandes empreendimentos hidrelétricos, mas não pode participar da reunião  
312 extraordinária do Comitê e solicitou o registro em ATA que não poderia estar presente à  
313 referida reunião por ter outro compromisso agendado previamente. Foi relatado ainda  
314 pelo Coordenador que a ATA da 4ª Reunião Ordinária (RO) foi repassada aos presentes  
315 para assinatura e não foi devolvida à Secretaria do Comitê ao final da 5ª RO, em  
316 08/05/2018. Esclareceu, então, que foi impressa nova cópia da ATA, bem como da lista  
317 de presença da 5ª RO, para que aqueles membros que participaram desta última reunião  
318 assinassem. O Coordenador continuou esclarecendo que os membros do colegiado  
319 deveriam, neste momento, decidir pelo convite a outras instituições e entidades para  
320 discutir o sobrestamento das hidrelétricas na BAP. As Srª Monicke (FIEMT) e Srª Lucélia  
321 (FAMATO) reforçaram a importância de ouvir a ANA para entender os motivos e critérios  
322 que justificaram a publicação da Resolução ANA nº 64/2018; defende que somente após  
323 ouvir a ANA e o setor elétrico os membros do colegiado estarão embasados para decidir  
324 pelo encaminhamento ou não de uma monção ao Governador Pedro Taques. A Srª  
325 Monicke (FIEMT) relatou que deverá ocorrer uma reunião em Brasília, provavelmente no  
326 dia 13/11/2018, com objetivo de avaliar a possibilidade de o setor elétrico entrar com  
327 uma ação contra a ANA; acredita que o mais interessante seria aguardar a reunião para  
328 trazer aos membros do CERBPantanal-MT outras informações sobre o assunto em pauta.  
329 O Sr. João (ONG Fé e Vida) concordou com a proposta de realização de um workshop com  
330 a participação da SEMA, bem como do SINDENERGIA, FIEMT, UFMT, MPE, ONGs e  
331 representantes da sociedade diretamente impactados com a construção das usinas;  
332 propôs que se formasse uma comissão para organizar o evento. Continuou explicando  
333 que a Srª. Gabriela informou que o CEPESCA já apresentou uma moção ao Governador  
334 tratando das PCHs. A Srª. Gabriela (CEPESCA) solicitou a autorização do CERBPantanal-  
335 MT para convidar os conselheiros do CEPESCA para o evento, e justificou tal participação  
336 pelo fato de o tema ser pauta de discussões recorrentes no Conselho. Agradeceu a Srª.  
337 Márcia (Superintendente da SUIMIS) pelos esclarecimentos sobre o trabalho da SUIMIS,  
338 afirmando que serão muito úteis para subsidiar as discussões no CEPESCA. Após  
339 discussão entre os membros foi definido que a comissão será formada pelos Sr. Marcos  
340 (SEMA), Sr. Álvaro (FIEMT) e Sr. João (ONG Fé e Vida) para elaborar a programação e  
341 convidar os palestrantes. A Srª Cristina (RPPN SESC Pantanal) solicitou que a comissão  
342 faça a sugestão de uma data para a realização do workshop. A Srª. Lucélia (FAMATO)  
343 solicitou que o evento seja verdadeiramente técnico, com repasse dos resultados dos  
344 estudos técnicos e científicos, sem viés ideológico, e que sejam ouvidas as comunidades  
345 diretamente afetadas pelos empreendimentos ao final do evento. O Sr. Marcos mostrou  
346 preocupação com a possibilidade de os resultados do levantamento realizado pela Srª.  
347 Márcia (Superintendente da SUIMIS) não ser considerado dentro da SEMA a partir de  
348 2019, quando da provável substituição dos Superintendentes com a mudança de  
349 governo. Esse fato justificaria, então, que o evento seja realizado ainda em 2018. A Srª.  
350 Lucélia (FAMATO) comentou ser essa uma prática comum nos órgãos públicos, que não  
351 priorizam o planejamento da instituição e sim das pessoas. A Srª. Márcia

352 (Superintendente da SUIMIS) esclareceu que as informações serão disponibilizadas no  
353 Portal Transparência, de fácil acesso pela sociedade, no *site* da SEMA. O Sr. Elton (SEMA)  
354 esclareceu a todos que apesar da possibilidade de substituição dos analistas em cargo de  
355 chefia no próximo ano, o CERBPantanal-MT continuará existindo, com a sua criação  
356 definida na Portaria SEMA nº 133/2017, talvez com outras pessoas que deverão dar  
357 continuidade às atividades do colegiado. Solicitou que os membros propusessem a  
358 provável data para a realização do evento. O Sr. Clóvis (ONG Instituto Gaia) acredita será  
359 importante o Comitê saber que o MPE formou Grupo de Trabalho (GT) para discutir e  
360 definir quais os impactos acumulativos e os sinérgicos na BAP resultantes da implantação  
361 de PCHs, e quais as medidas reparatórias com vista à resolução dos efeitos negativos  
362 sobre a bacia; assim, acredita ser essencial a participação de membros deste GT no  
363 evento. Após discussão os membros decidiram que à comissão caberá definir a data  
364 considerando a possibilidade de os convidados participarem do evento,  
365 obrigatoriamente em 2018. Nada mais havendo a declarar o Sr. Elton (SEMA) encerrou a  
366 reunião às 11h e 10 minutos e eu, Héli da Bruno Nogueira Borges, lavrei esta ATA que será  
367 assinada pelos membros do Comitê presentes à reunião de aprovação.

368

369

Cuiabá, 30 de outubro de 2018.

Cláudio Demarco  
Cláudio

Héli da Bruno

Elton

Cláudio

Elton

